



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Agravo de Instrumento nº 2166470-26.2019.8.26.0000

Agravante: L. H. de S. F.

Agravado: A. C. e C. de S. S.A

Comarca: São Paulo

Nº na origem: 1056400-47.2019.8.26.0100

Voto 15.484 – Dig

EMENTA

Sentença arbitral – Ação declaratória de nulidade – Tutela de urgência – Pedido tendente a que seja suspensa a eficácia do título judicial, inviabilizando a prática de atos de execução – Indeferimento – Afirmação de suspeição de árbitro – Falta de vinculação às hipóteses enumeradas no artigo 145 do CPC de 2015 - Proibição de omissão e retenção de qualquer dado tido como concretamente relevante para o exercício da função de árbitro - Exame das circunstâncias concretas - Indicação pela parte contrária de um mesmo árbitro colocado na posição de presidir o procedimento instaurado, num procedimento separado e relativo a uma relação jurídica similar – Notícia do fato após ter sido pronunciado o veredicto, depois de ter sido indeferido quesito referido à mesma empresa ligada a esta outra arbitragem - Plausibilidade ao pleito formulado – Presença dos requisitos previstos no art. 300 do CPC de 2015 – Decisão reformada - Recurso Provido.

Cuida-se de agravo de instrumento tirado contra decisão proferida pelo r. Juízo de Direito da 1ª Vara Empresarial e de Conflitos de Arbitragem da Comarca da Capital, que, em sede de ação declaratória de nulidade de sentença arbitral, indeferiu tutela de urgência requerida pelo agravante (fls. 58/61).

A agravante argumenta ser necessário o deferimento da tutela provisória de urgência, porque, em suma, diante da sucumbência recíproca imposta por Tribunal Arbitral, os advogados da agravada “podem, a qualquer momento, iniciar o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

cumprimento de sentença nula de pleno direito” (fls. 05). No mais, anunciando parcialidade e disparidade de tratamento entre as partes, sustenta a nulidade da sentença arbitral, em razão do presidente do Tribunal Arbitral ter sido nomeado pela agravada, para atuação como árbitro em demanda similar, proposta em face de parte distinta. Frisa estar caracterizada, na espécie, falha ética grave. Depois de discorrer sobre a situação fática envolvendo as partes, sustenta ofensa ao princípio do contraditório, inclusive em razão de indeferimento de quesito pertinente. Destaca que não se trata de “inconformismo de mau perdedor”, mas, isso sim, de insurgência em face de sentença nula e que, portanto, não pode produzir efeitos. Argumentando estarem presentes os requisitos previstos no artigo 300 do CPC de 2015, insiste, ao final, no deferimento da tutela de urgência, com a consequente suspensão da exigibilidade da sentença arbitral.

Não foi pedido efeito suspensivo (fls. 01/26).

Foi, então, determinado o processamento do recurso apenas no efeito devolutivo (fls. 386/388).

Em contraminuta, a agravada requer a manutenção da decisão recorrida (fls. 394/404).

Houve oposição ao julgamento virtual (fls. 392).

É o relatório.

O agravante, anunciando parcialidade e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

impedimento ou suspeição de árbitro, requer, em suma, a suspensão da exigibilidade da sentença arbitral.

O recurso comporta provimento.

Uma vez adotada a arbitragem, como forma de resolução de um litígio concretamente estabelecido, e proferida uma sentença arbitral, não cabe ao Poder Judiciário, em hipótese alguma, a rediscussão da matéria componente do mérito deste litígio, restando inviável uma reavaliação do exame das provas realizado pelos árbitros ou acerca da correção da fundamentação. O artigo 32 da Lei 9.307/1996 só permitiu, por meio da propositura de ação declaratória de nulidade, cuja causa de pedir precisa estar enquadrada num de seus incisos, uma análise formal do procedimento arbitral e da própria sentença arbitral.

É, na espécie, invocados os artigos 14 e 32, inciso VIII da Lei 9.307, proposta a concreta configuração da suspeição de um dos árbitros prolores de uma sentença arbitral e, a partir de tal vício, postulada sua anulação.

Ao contrário do que ocorre quando é apreciada uma hipótese de impedimento (o que foi objeto da Apelação 1020649-67.2017.8.26.0100, de minha relatoria), em que a violação das regras regulamentares e legais atinentes aos requisitos subjetivos para a nomeação e atuação como árbitro é analisada sob um ponto de vista estritamente objetivo, de maneira estrita, a alegação de suspeição do árbitro conduz a uma problemática muito



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

mais delicada.

A confiança das partes, tal qual previsto no artigo 13, “caput” da Lei 9.307/1996, constitui um dos dois requisitos primordiais para a nomeação de um árbitro, o que se conjuga com o chamado dever de revelação, que proíbe, de início, a omissão e retenção de qualquer dado tido como concretamente relevante para o exercício da escolha (artigo 14, §1º da mesma Lei 9.307), mas, também, impõe total transparência mesmo no curso do trâmite do procedimento arbitral, forçando seja trazida a notícia imediata de qualquer fato com o potencial de abalar a crença na imparcialidade independência daquele incumbido de solucionar o litígio posto pelas partes (Francisco José Cahali, Curso de Arbitragem, 5ª ed, RT, São Paulo, 2015, pp.220-1).

O árbitro é um particular e o vínculo derivado do contrato de investidura ostenta um caráter “intuitu personae”, de maneira que a suspeição pode ser avaliada subjetivamente, como resultado da perda de confiança ensejada pela violação de um dos deveres de conduta peculiares à função.

A exigência de estrito cumprimento desse dever deve ser máxima. Toda e qualquer informação de caráter pessoal ou profissional capaz de gerar dúvida na parte quanto à imparcialidade e integridade do árbitro deve ser comunicada imediatamente, sem que persista direta correlação da suspeição gerada pela omissão com as hipóteses previstas na legislação processual comum.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

As hipóteses enumeradas nos incisos do artigo 145 do CPC de 2015, que dizem respeito ao juiz, como Agente de Estado e atuação vinculada ao exercício de uma função jurisdicional pública, ostentam um conteúdo específico e que não se ajusta perfeitamente com a figura do árbitro. As partes optam, por princípio, por uma jurisdição privada em virtude de sua confiança nos árbitros, crenças de que uma solução mais adequada será obtida, sobretudo com a utilização de uma “expertise” diferenciada, e esta confiança, também, não pode ser abalada pela atuação do próprio árbitro no curso do procedimento, enquanto aprecia o litígio levado a seu conhecimento (Christiana B. Cardoso, Leonardo de C. Coelho e Thiago Rodovalho, Arbitragem Comercial – Princípios, Instituições e Procedimentos, Coord, Maristela Basso e Fabrício Bertini Pasquot Polido, Marcial Pons, São Paulo, 2013, pp.229 e 232).

A atuação concreta dos árbitros ostenta origem contratual, ficando estes vinculados às partes por via de um contrato de investidura, o que, a partir da aceitação do encargo, torna necessária uma estrita observância de uma conduta atenta à preservação da confiança como requisito primordial ao exercício das funções conferidas por via do exercício de uma declaração de vontade específica.

No caso concreto, está sendo anunciada uma hipótese de suspeição, com a ausência de divulgação oportuna e imediata de um fato tido como grave, correspondente à indicação pela parte contrária de um mesmo árbitro colocado na posição de presidir o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

procedimento instaurado, num procedimento separado e relativo a uma relação jurídica similar.

A conjuntura reportada, no sentido de ter sido fornecida a informação apenas após ter sido pronunciado o veredicto, depois de ter sido indeferido quesito referido à mesma empresa ligada a esta outra arbitragem, confere seriedade às alegações deduzidas e plausibilidade ao pleito formulado, que, claramente, merece ser avaliado em conjugação com outros elementos, potencialmente colhidos no curso de eventual instrução.

Soma-se o anúncio da proximidade da prática de atos de execução, o que permite a caracterização do perigo de dano efetivo e de difícil reparação, dado o tamanho do montante envolvido.

Os requisitos previstos no artigo 300 do CPC de 2015, necessários à concessão da tutela de urgência, portanto, estão presentes, cabendo seja, por enquanto, suspensa a eficácia do título judicial, obstados os atos tendentes à satisfação do crédito oriundo da sentença arbitral objeto desta ação declaratória de nulidade.

Nestes termos, é preciso reformar a decisão recorrida, concedida a tutela provisória, no aguardo do desfecho final da demanda.

Dá-se, por isso, provimento ao presente agravo.

Fortes Barbosa
Relator